UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

BACHARELADO EM ODONTOLOGIA

IANCA SANTANA DA SILVA

RADIOLOGIA E ODONTOLOGIA LEGAL: DA CONTRIBUIÇÃO PERICIAL AOS ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

Feira de Santana

2021

IANCA SANTANA DA SILVA

RADIOLOGIA E ODONTOLOGIA LEGAL: DA CONTRIBUIÇÃO PERICIAL AOS ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana UNEF, como requisito para a obtenção do titulo de cirurgião-dentista.

Orientador(a): Profª Drª. Jamilly de Oliveira Musse

Feira de Santana

2021

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos”.

(Provérbios16:3)

“Sem a direção dada por Deus, a conclusão deste trabalho não seria possível. Por causa disso, dedico esta monografia a ele. Com muita gratidão no coração.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, sou grata a ele por tudo, por ter colocado em mim esse desejo pela odontologia, ter me sustentado durante todos estes anos, ter me abençoado e me ajudado a chegar até aqui.

A minha mãe que é a razão de tudo e que tanto me incentivou durante todos esses anos, obrigada por não medir esforços para me ajudar nessa realização, sempre me apoiou a ter um futuro próspero, sou muito grata a ela .

Aos meus colegas de curso que se tornaram minha família durante esses anos de graduação, obrigrada pelo companheirismo, conhecer vocês contribuiu para deixar essa trajetória mais leve e feliz, guardarei cada um em meu coração.

Aos mestres por todo conhecimento transmitido, pelas dicas valiosas, pelos puxões de orelha e pela amizade construída durante a graduação, vocês foram de extrema importância para minha formação.

Em especial a minha orientadora Profª. Dra. Jamilly Musse, sou grata pela confiança depositada em minha proposta de projeto, obrigrada por me manter motivada durante todo o processo, sua assistência, dedicação, e conhecimentos foram fundamentais em todas as etapas do projeto.

SUMÁRIO

RESUMO 6

PALAVRAS-CHAVES 6

ABSTRACT 7

KEY-WORDS 7

1.0 INTRODUÇÃO 8

2.0 REVISÃO DE LITERATURA 9

2.1 RADIOGRAFIAS NA ODONTOLOGIA LEGAL 10

2.2 TIPOS DE RADIOGRAFIAS 11

2.2.1 Radiografia convencional (Periapical) 11

2.2.2 Radiografia digitalizada 12

2.2.3 Radiografia panorâmica 12

2.2.4.Tomografia digitalizada 13

2.3 APLICABILIDADE DO PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO NA ÁREA FORENSE 13

3.0 METODOLOGIA 14

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO 15

5.0 CONCLUSÃO 17

REFERÊNCIAS 18

ANEXOS 21

RESUMO

Introdução: A odontologia Legal é um método aplicado através da ciência odontológica para identificação de cadáveres, por meio da comparação de dados *ante mortem* com dados *post mortem.* Existem vários métodos de aplicação de imagens para identificação humana em odontologia Legal, como exemplo: radiografias digitalizadas, radiografias comuns e tomografia computadorizada. Objetivo: Discutir uma revisão de literatura sobre a importância e a contribuição da radiologia odontológica para perícia criminal**.** Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura sobre a inter-relação entre a radiologia e odontologia legal e como essas áreas podem contribuir para prevenção de processos éticos e legais, envolvendo cirurgiões-dentistas e pacientes, além da contribuição para resolução de casos periciais na área criminal. Resultados: Os trabalhos avaliados reforçam a importância da radiologia para fins de diagnóstico e tratamento, mas enfatizam a aplicabilidade das imagens radiográficas como prova pericial em casos de processos envolvendo cirurgiões-dentistas e identificação humana. A técnica radiográfica panorâmica foi a mais mencionada pelos autores. Conclusão: Conclui-se que as técnicas radiográficas odontológicas utilizadas na identificação humana podem contribuir com a odontologia legal de forma efetiva, servindo de documentação ante-mortem em casos de identificação humana e/ou prova documental em casos de processos. A análise de radiografias e tomografias *ante-mortem* e *post-mortem* tornou-se uma ferramenta fundamental nos processos de identificação humana em odontologia legal.

PALAVRAS-CHAVES: Odontologia legal; Identificação humana; prontuários odontológicos; exames radiográficos.

ABSTRACT

Introduction: Forensic dentistry is a method applied through dental science to identify corpses by comparing ante-mortem data with post-mortem data. There are several methods of applying images for human identification in forensic dentistry, such as: digitalized radiographs, common radiographs, and computed tomography. Objective: To discuss a literature review on the importance and contribution of dental radiology for forensic science. Methodology: This is a literature review on the interrelationship between radiology and legal dentistry and how these areas can contribute to the prevention of ethical and legal proceedings involving dental surgeons and patients, in addition to the contribution to the resolution of forensic cases in the criminal area. Results: The papers evaluated reinforce the importance of radiology for diagnostic and treatment purposes, but emphasize the applicability of radiographic images as expert evidence in cases of lawsuits involving dental surgeons and human identification. The panoramic radiographic technique was the one most often mentioned by the authors. Conclusion: We conclude that the dental radiographic techniques used in human identification can effectively contribute to legal dentistry, serving as ante-mortem documentation in cases of human identification and/or as documentary evidence in lawsuits. The analysis of ante-mortem and post-mortem radiographs and tomographs has become a fundamental tool in human identification processes in legal dentistry.

Keywords: Legal dentistry; human identification; dental records; radiographic examinations.

1.0 INTRODUÇÃO

A odontologia legal, conhecida também como odontologia forense, pericial e judiciária, é a área odontológica que trabalha de modo direto com a justiça, em diversos âmbitos como cíveis, trabalhistas criminais, além de processos éticos e administrativos. Através dos conhecimentos da odontologia é possível o auxílio ou mesmo esclarecimento de questões judiciais. Essa especialidade busca unir o conhecimento técnico odontológico fundamental, com as leis que norteiam a relação paciente/odontologista, relacionando o direito e o dever de cada um deles (MARTINS, 2018).

De acordo com a Interpol a identificação humana é necessária tanto por razões éticas quanto por razões legais, os métodos primários para a identificação destacam-se, a odontologia legal, a datiloscopia e o exame de DNA. Entretanto as técnicas de DNA, por muitas vezes não fazem parte da rotina dos Institutos Médico-Legais e Institutos de Criminalística por ser um método de alto custo e também ao extenso tempo para análise. Vale ressaltar também que a datiloscopia muitas vezes pode não ser obtida devido às condições em que o corpo da vítima se encontra, (ORTIZ et al., 2014; BERKET et al., 2019).

Existem vários métodos de aplicação de imagens para identificação humana em Odontologia Legal, como exemplo: radiografias digitalizadas, radiografias comuns e tomografia computadorizada. Essas técnicas podem ser utilizadas em cadáveres e esqueletizados, também são aplicados em vivos quando se encontram desaparecidos, foragidos ou em indivíduos que recusam a identidade (SOUSA, 2017).

Os prontuários odontológicos são documentos por sua vez, armazenam características únicas, imutáveis de cada indivíduo. Consistem em documentos de extrema importância não só em casos em que há processos de identificação, mas também em ações cíveis, nos casos de erro ou negligência odontológica e que houver necessidade de comprovação para auxiliar tanto o profissional como o paciente. Sendo imprescindível a presença destes arquivos no prontuário odontológico (NIQUIN et al., 2017).

Mediante os fatos expostos a odontologia legal desempenha papéis importantes na identificação de humanos sendo de suma importância em medicina forense, tanto por razões legais como humanitárias.

Portanto os exames de imagens são de grande importância dentro da odontologia, por sua capacidade de auxiliar no diagnóstico, plano de tratamento, contribuir nas ações cíveis, constatar qual procedimento realizado e reconhecer qualquer indivíduo, essas imagens apresentam um grande número de detalhes das particularidades dos dentes oferecendo traços anatômicos da coroa, raiz e arcada, presença de materiais restauradores ou obturadores, entre muitos outros. Se tornando uma ferramenta indispensável para a odontologia legal.

O presente estudo teve como objetivo geral discutir uma revisão de literatura sobre a importância e a contribuição da radiologia odontológica para perícia criminal**,** aprofundando os conhecimentos da discente sobre aspectos éticos e legais do uso das radiografias e ressaltando a importância da radiografia odontológica para perícia de lesão corporal e identificação humana *post-mortem*.

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

A odontologia Legal é um método onde através da ciência odontológica é aplicada para identificação de cadáveres, por meio da comparação de dados *ante mortem* com dados *post mortem,* sendo o principal método utilizado para a identificação de vítimas em casos de desastre em massa, permite a identificação de indivíduos onde outros métodos de identificação não são viáveis. O método de identificação humana através da odontologia legal é de grande relevância para sociedade, tanto pelas considerações humanitárias quanto por sua aplicação em processos cíveis e criminais (CHOI et al., 2018).

Historicamente, a odontologia legal iniciou-se no Brasil através de Luiz Lustosa da Silva em 1924, idealizador desta especialidade que tem por propósito a arte de “aplicar os conhecimentos odontológicos à ação dos poderes públicos – administrativo, judiciário e legislativo”, portanto, é a especialidade odontológica que concede todos os conhecimentos odontológicos a serviço do direito e da justiça, conceito reconhecido no âmbito odontológico e nas ciências forenses (SILVA et al., 2017).

A odontologia legal consiste no ramo da medicina legal, restrito a região de cabeça e pescoço, estabelecendo perícias em cadáver, ossadas, no indivíduo em vida, fragmentos, em trabalhos odontológicos, além de vestígios lesionado e peças dentais isoladas (ALMEIDA, CARVALHO, RADICCHI, 2017).

O cirurgião-dentista é o grande responsável no sucesso da identificação correta, desde que seja realizado o arquivamento de prontuários, radiografias, modelos em gesso dos pacientes e anotações sobre cada caso, pois estas podem servir para a identificação positiva de vítimas (ANDRADE et al.,2021).

O odontolegista possui responsabilidades admissíveis, tendo sua formação científica aplicada quando os principais recursos de identificação são inviáveis. Em diversas situações, os únicos restos humanos preservados são os dentes, portanto a identificação da vítima vai depender da correlação específica dos dados dentários *ante e post-mortem.* Devido dificuldade para a obtenção de dados *ante-mortem* para o confronte com os dados *post-mortem* de uma vítima é imprescindível a conscientização dos cirurgiões-dentistas para a produção e arquivamento dos prontuários, colaborando para a resolução de demandas cíveis e penais (CARNEIRO et al., 2017).

2.1 RADIOGRAFIAS NA ODONTOLOGIA LEGAL

É correto afirmar que desde a descoberta do raio X em 1895, vem sendo cada vez mais aplicados em diversas áreas, sendo na odontologia e na medicina um recurso muito importante, no qual tem tornado cada vez mais preciso o uso desta tecnologia devido ao avanço e as novas formas de diagnóstico feito através da imagens obtidas (SALES et al., 2006).

A radiologia foi introduzida nas ciências forenses em 1896, após um ano a descoberta dos raios X, para a demonstração de presenças de projétil de chumbo no crânio de uma vítima (SOUSA et al., 2017).

As radiografias odontológicas são instrumentos que fornecem inúmeros dados e informações, sendo documentos de grande valia nos processos de identificação humana. Dessa forma, as maiorias das identificações odontológicas são realizadas por meio da comparação de radiografias tanto dos dentes do cadáver como dos seios maxilares por meio das radiografias (CARNEIRO et al., 2017).

O método de identificação através dos exames radiográficos possibilita a individualização e facilita a identificação de um corpo, que ao escolher outro método de identificação levaria mais tempo para se concluir, os exames radiográficos permitem uma série de informações, características anatômicas, posicionamentos

dentários, tamanho dos dentes, ausências dentarias e tratamentos a que o indivíduo foi submetido (MELLO, 2017).

2.2 TIPOS DE RADIOGRAFIAS

Existem diversos métodos de identificação humana em odontologia Legal, entre eles o uso de imagens, como por exemplo: radiografias comuns, radiografias digitalizadas e até tomografia computadorizada. Esses processos além de serem utilizados em cadáveres e restos esqueletizados, também podem ser aplicados em vivos quando se encontram desaparecidos, foragidos ou em indivíduos que se recusam a identidade (SOUSA et al., 2017).

A técnica de identificação através da radiografia tem embasamento na comparação de imagem *ante mortem*, que deve ser arquivada pelo cirurgião dentista junto com os dados do exame clínico e anamnese, e posteriormente com uma *post mortem* realizada no indivíduo que se suspeita pertencer à documentação *ante mortem* (CURI, et al. 2016).

2.2.1 Radiografia convencional (periapical)

A técnica de identificação utilizando radiografias comuns baseia-se na comparação entre radiografias ante-mortem, arquivadas em consultórios ou em centros de estudos odontológicos, e as radiografias obtidas *post-mortem*. Essas radiografias fornecem um grande número de informações do indivíduo. Assim, podem ser observadas características anatômicas, como tamanho e forma das coroas, anatomia pulpar, posição e forma da crista do osso alveolar, além das características únicas e individuais resultantes de tratamentos dentários (GRUBER,2001).

Antigamente, essas radiografias apresentavam algumas limitações relacionadas a qualidade quando o método era aplicado em indivíduos mortos, devido à falta de elasticidade ou rigidez dos tecidos moles, não há um correto posicionamento do filme (DAMMANN, 2016).

Com o passar dos anos vários pesquisadores publicaram estudos a cerca de desenvolvimento nos procedimentos para a realização da identificação odontológica em restos mortais de indivíduos carbonizados, estudos esses que levaram a

adaptação de instrumentos odontológicos, como suportes para posicionas e fixar filmes convencionais na prática forense (DAMMANN, 2016).

2.2.2 Radiografia digitalizada

Até recentemente, a maioria dos materiais usados em restauração dentária era metálica e, portanto, radiopaca. As características únicas de cada restauração poderiam ser facilmente observadas em radiografias comuns. Porém, a disseminação do tratamento odontológico profilático, que tem levado a uma redução significativa na incidência de cáries, especialmente em países desenvolvidos, tornou mais difícil o processo de identificação baseado na técnica radiográfica comum (CARVALHO et al., 2009).

Paralelamente, o avanço espetacular da microeletrônica e da informática, aliado à redução no custo de equipamentos computacionais, permitiu o desenvolvimento de técnicas mais poderosas e confiáveis de comparação de imagens radiológicas com aplicação em odontologia legal (CARVALHO et al., 2009).

É importante ressaltar que a questão da diferença de geometria entre as radiografias é o principal fator de erro neste tipo de técnica, e a correção acima mencionada é fundamental para reduzir o ruído obtido após o processo de subtração de imagens (DAMMANN, 2016).

2.2.3 Radiografia panorâmica

A visão da radiografia panorâmica propociona a visualização de todos os dentes, maxila e mandíbula e alguns ossos da face, com uma única exposição. Para a realização o paciente o é posicionado sentado ou em pé enquanto a imagem é gerada no tubo do aparelho de raio X, após uma rotação de 180 graus em torno da cabeça do paciente(MINCER et al., 2008).

O paciente então posiciona a incisal dos incisivos superiores e dos inferiores no sulco contido no posicionador, o mesmo deve ser alinhado no plano mediossagital, e o posicionamento anteroposterior deve estar dentro do campo focal. O paciente deve ser posicionado e manter a posição ereta e pescoço estendido. Após o posicionamento adequado, ele deve ser orientado a manter a língua no

palato. A contribuição forense dessa imagem compreende a estimativa da idade pela avaliação da erupção dos dentes (WHITE e PHAROAH , 2015)

2.2.4 Tomografia computadorizada

A Tomografia computadorizada (TC) pode ser adquirida de imagens bidimensionais ou tridimensionais. A ausência de sobreposição de imagens é uma das principais vantagens da TC tridimensional, facilita e melhora a visualização das densidades. (CARVALHO et al, 2009).

Uma TC ante mortem possibilita a construção de uma réplica, o que dá mais precisão na localização dos pontos craniométricos, E alguns parâmetros pode ser usado para comparação como a angulação e a forma dos dentes e raízes, dentes perdidos e presentes, raízes residuais, lesões ósseas, diastemas, dentre outros (CARVALHO et al, 2009).

A TC apresenta inúmeras vantagens, pois possibilita o isolamento de regiões anatômicas, a capacidade de desarticular imagens na tela do computador e a produção do material em 3D. Esses programas possibilitam mover a imagem em vários planos e direções, modificar o campo de visão e desarticular o crânio e a reconstrução facial do tecido mole do indivíduo (CAVALCANTI, 2012).

2.3 APLICABILIDADE DO PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO NA ÁREA FORENSE

O prontuário odontológico é um documento onde contem todas as informações do tratamento do paciente. O Conselho Federal de Odontologia (CFO), através do parecer 125/2012, recomenda que o prontuário odontológico deve contenha no mínimo a identificação do paciente, sua história e exame clínico detalhado, exames complementares, plano de tratamento e evolução do tratamento. É aconselhável que os exames radiográficos e/ou tomográficos, as fotografias, os modelos de gesso e outros documentos devem ser arquivados corretamente para que, ao serem solicitados estejam conservados e sejam encontrados com facilidade e apresentem qualidade (DARUGE; FRANCESQUINI JÚNIOR, 2016).

Os prontuários odontológicos apresentam documentos de forma padronizados, ordenados onde reúnem todas as informações dos pacientes que

foram submetidos a algum tipo de intervenção odontológica, além de apresentar grande importância para a organização entre cirurgião-dentista e o paciente, são dados que possuem finalidade jurídica, pericial e de identificação na odontologia legal (ALMEIDA, CARVALHO, RADICCHI, 2017).

O cirurgião-dentista deve registrar todas as informações sobre o paciente, principalmente os dados obtidos na anamnese, é fundamental que o cirurgião dentista tenha dados arquivados e elabore relatórios detalhados do tratamentos que está sendo realizado. Diante do Código Civil Brasileiro (CCB) e também o Código de Ética Odontológico (CEO) todo tratamento iniciado deve ser sob a autorização e termo de consentimento do paciente, o qual deverá ser documento anexado no prontuário odontológico. A guarda da documentação odontológica deve ser realizada por tempo indeterminado, ou seja, *ad eternum*(CAMPOS; FREIRE, 2017).

Esses documentos por sua vez, armazenam características únicas, imutáveis de cada indivíduo. Consistem em documentos de extrema importância não só em casos em que há processos de identificação, mas também em ações cíveis, nos casos de erro ou negligência odontológica e que houver necessidade de comprovação para auxiliar tanto o profissional quanto o paciente. Sendo imprescindível a presença destes arquivos no prontuário odontológico (NIQUIN, BOUCHARDET, MANZ;2017).

Em contrapartida, prontuários de qualidade duvidosa, manutenção precária e com dados incompletos, podem impossibilitar um processo de identificação humana de forma adequada, prolongar o tempo necessário para tal processo, além disso, demanda custos adicionais para exame de DNA ou ainda contribuir para uma interpretação incorreta (SILVA et al., 2015).

Sabe-se que os prontuários odontológicos devem ser completos, bem elaborados, assinados, e conservados em bom estado. Porém o mesmo tem gerado discussão frente à dificuldade de armazenamento, questão que se agrava pelo fato de que, sob o ponto de vista legal, sua guarda deve-se estender por tempo indeterminado (DARUGE, FRANCESQUINI JÚNIOR, 2016).

3.0 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura sobre a inter-relação entre a radiologia e odontologia legal e como essas áreas podem contribuir para prevenção de

processos éticos e legais, envolvendo cirurgiões-dentistas e pacientes, além da contribuição para resolução de casos periciais.

Como critérios de inclusão foram inseridos artigos científicos, publicados em português e inglês, nos últimos dez anos (2011 a 2021).

As publicações foram selecionadas nas bases de dados do Pubmed, Scielo e Portal da Capes. Os descritores utilizados para a busca de artigos foram: radiologia forense, identificação humana, ética e odontologia legal, estando todos esses termos indexados nos descritores em ciências da saúde.

Após a seleção do material foi realizada a leitura crítica dos artigos e análise dos resultados confrontando-os com a legislação pertinente.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O método de identificação humana se dá através de técnicas forenses, métodos e recursos que contribuem para a identificação inicial como, o sexo, idade, a cor de pele até chegar à identidade das vítimas. (ANDRADE et al., 2021).

Amaral, Souza e Moreira Júnior (2011), Araujo et al. (2014) e Verma et al. (2014) afirmam que a odontologia forense é importante para o processo de identificação humana, pois apresentam dados importantes dos procedimentos odontológicos realizados pelas vítimas, eliminando as dúvidas durante a identificação, além de reforçar a resistências dos elementos dentais.

Silva et al. (2016) concordam que as radiografias são excelentes formas de identificação, pois além de serem de baixo custo, mostram informações que não são visíveis.

Para Costa et al. (2017), Ramos et al. (2021), Abreu et al. (2016), o principal fator para identificação de um indivíduo *post-mortem* são as comparações com exames radiográficos anteriores do indivíduo, mostrando assim, como é importante ter um banco de dados com os exames radiográficos de pacientes odontológicos para identificação humana por meio da odontologia forense.

Ramos et al. (2021) enfatizam que casos de identificação de cadáveres e ossadas dependem da verificação de características concordantes comuns, realizada por meio de comparação de registros *ante-mortem e post-mortem*. Ramos et al. (2021) ainda destaca que a comparação das radiografias produzidas em vida e *post-mortem* demonstraram uma convergência nas características analisadas em

ambos os lados da face.

Scoralick et al. (2013) afirmam que é possível identificar um cadáver carbonizado atraves de imagens radiográficas *ante mortem* pois permite identificar características essenciais de um indivíduo, além de apresentar um baixo custo e ser eficientes na identificação.

Algumas vantagens da técnica radiográfica panorâmica para identificação forense são: simetria do obtido nas imagens, visão geral, simplicidade para realizar o procedimento, exclusão dos filmes da cavidade oral, menor dose de radiação e tempo de exposição quando comparado com a boca inteira intraoral exame radiográfico (ABREU et al., 2016).

Berketa, Sims e Rahmat (2019) relatam que em um processo de identificação de um corpo em estado avançado de decomposição, foi possível identificá-lo com uma radiografia periapical devido à presença de dois pequenos objetos radiopacos encontrados no terço apical superior onde deveria estar o canino esquerdo. Os objetos radiopacos se tratavam de materiais endodônticos encontrados próximos dos seios maxilares, que foi possível observarem em uma radiografia *ante mortem* do indivíduo.

Segundo Berketa, Sims e Rahmat (2019), a principal dificuldade do método de identificação utilizando os prontuários odontológicos é quando o indivíduo extrai todos os dentes, especialmente sem raízes retidas no *post mortem*

São de responsabilidade do cirurgião-dentista a confecção e arquivamento dos prontuários, pois é um documento importante para resolução de demandas cíveis e penais, e sua imprecisão pode acarretar perícias errôneas, atrasos nos processos de identificação e aumento dos custos judiciais. Dentre os exames complementares do prontuário odontológico, as radiografias e as fotografias foram destacadas por Abreu et al. (2016); Fernandes et al. (2017); Scoralick et al. (2013); Teradaet al. (2011), pois viabiliza a individualização de qualquer pessoa e oferece características peculiares dos elementos dentários. Entretanto, Gonçalves; Soriani e Silva (2019) relataram a dificuldade do cirurgião dentista em organizar e categorizar as fotografias para posterior uso judicial.

Muitos prontuários encontram-se preenchidos adequadamente ou, pelo menos, em condições satisfatórias para a identificação. No entanto, outros muitos não contêm anotações importantes como o estado inicial (antes do tratamento) e final dos dentes (após o tratamento). Mesmo as fichas odontológicas simplificadas,

comuns em serviços públicos, podem auxiliar bastante no processo de identificação desde que preenchidas corretamente (SILVA *et al*., 2009).

Desta forma, verifica-se que o prontuário odontológico confeccionado pelo cirurgião- dentista, pode muitas vezes ser decisivo nos casos de identificação humana, otimizando o tempo e o custo do trabalho pericial. A documentação odontológica deve estar completa, bem assinalada e ter uma correta elaboração, guarda e manutenção em arquivos próprios para possíveis identificações em caso de catástrofe (BRASIL, 2005; LEITE et al., 2011).

CONCLUSÃO

De acordo com a presente estudo conclui-se que as técnicas radiográficas odontológicas utilizadas na identificação humana podem contribuir com a odontologia legal de forma efetiva, tanto nos casos que envolvem crime de lesão corporal e de responsabilidade profissional, quando em casos de identificação humana. A análise de radiografias e tomografias *ante-mortem* e *post-mortem* tornou-se uma ferramenta fundamental nos processos de identificação humana em odontologia legal.

Diante da variedade de métodos disponíveis, o profissional em odontologia legal pode optar pelo método que melhor preencha as características necessárias para o sucesso da identificação que estiver realizando, tomando o cuidado na aplicação correta da técnica e na interpretação precisa das informações obtidas.

Os prontuários odontológicos são documentos importantes para o registro de dados do paciente e permite o acompanhamento de tais informações não só pelo cirurgião dentista como também permitem a identificação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. Q. Radiographic analysis of forensic dentistry. **Rev Odonto Cienc**, v. 31, n. 3, p.131-134, 2016.

ALMEIDA, S. M; CARVALHO, S. P. M, RADICCHI. R. et al. Aspectos legais da documentação odontológica: uma revisão sobre validade legal, privacidade e aceitação no meio jurídico. **Rev Bras Odontol Leg RBOL,** São Luís (MA), v. 4, p. 55-64, 2017.

ALMEIDA,S. M.; CARVALHO, S. P. M.; RADICCHI, R. Aspectos legais da documentação odontológica: uma revisão sobre validade legal, privacidade e aceitação no meio jurídico. **Rev. Bras. Odontol Legal,** São Luís (MA), v. 4, n. 2, p. 55-64, out./nov. 2016.

AMARAL, F. I. A.; SOUZA, F. R. L.; MOREIRA Jr, M. T. Métodos de identificação em carbonizados: a importância da arcada dentária / Identification methods in carbonized: the importance of dental arch. **Full dent. Sci.,** v.1, n. 55, p. 313-321, 2011.

ANDRADE,A.M.da C.; et al. Legal dentistry –the role of the Odontolegist in the identification of cadaveres: an integrating review. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 65,2021.

ARAÚJO, L. G. et al. A identificação humana de vítimas de desastres em massa: a importância e o papel da Odontologia Legal. **Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, v. 18, n. 2, p. 224-229, maio/ago. 2014.

BERKETA, J.W.; SIMS C.; RAHMAT, A. A. B. R.; The utilization of small amounts of residual endodontic material for dental identification, **J Forensic Odonto stomatol**. V.4**,** n.23**,** p. 63-65, May 2019.

BRASIL. **Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 63/2005**: Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia. 2005.

CARNEIRO, J. L.; et al. Human identification using dental techniques: A case report, **Medicine, Science and the Law**. v. 4, n.2, p. 78–81, 2015.

CARVALHO,S.P.M.;et al. Autilizaçãode imagens na identificação humana em odontologia legal.**Radiol Bras**, v.42, n.2,p.125–130,2009.

CAVALCANTI, M. Odontologia Legal. In: LOPES, P. M. L.; ACCORSI, A. D. O.; CAVALCANTI, M. **Diagnóstico por Imagem as Face.** 2. ed. São Paulo: Santos, p. 385-392, 2012.

Choi, I.G.; Duailibi-Neto, E.F.; Beaini, T.L.; da Silva, R.L. &; Chilvarquer, I. The Frontal Sinus Cavity Exhibits Sexual Dimorphism in 3DCone-beam CT Images and can be Used for Sex Determination. **J Forensic Sci**. v.14, n.1, p. 692-698, 2018.

COSTA, Márcio Gurgel. **Atuação do cirurgião dentista na identificação humana postmortem: revisão de literatura.** 2017.

CURI J. P.; et al. Guidelines for reproducing geometrical aspects of intra-oral radiographs images on cone-beam computed tomography. **Forensic Sci Int**. v.14, n.1, p. 68-74, 2016.

DAMMANN, Daniela. Radiografia odontológica e odontologia forense. Revisão de literatura.Porto Alegre: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2016.

DARUGE, E.; FRANCESQUINI JÚNIOR, L.**Tratado de odontologia legal e deontologia.** 1. ed . Rio de Janeiro :Guanabara Koogan, p.874, 2016.

GRUBER, Jonas; KAMEYAMA, Marta.O papel da Radiologia em Odontologia Legal. **Pesqui Odontol Bras**, v.15, n.3,p.263-268,2001.

LEITE, A. S. S. D. et al. Identificação humana em odontologia legal por meio de registro fotográfico de sorriso: relato de caso. **Rev. Odontol. UNESP**, v. 40, n. 4, p.199-202, 2011.

MARTINS, A. M. Questionamentos quantos as especialidades do perito judicial odontológico. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2018.

MELLO, T. E. Odontologia forense na investigação criminal: importância e aplicação prática. In: Âmbito Jurídico, . **Revista Saúde Dinâmica** Rio Grande, v.2, p.158, mar 2017.

MINCER,H.H.;CHAUDHRY,J.;BLANKENSHIP,J.A.;TURNER,E.W.Postmortemdental radiography.**JForensicSci**, v.53, n.2 , p.405-407, 2008.

NIQUIN B, BOUCHARDET F, MANZ F. The importanceofradiologicaldocumentation in civil lawsuitsinvolvingdentists: case report**. RGO, Rev Gaúch Odontol,** Porto Alegre, v.65, n.1, p. 96-99, janeiro / mar 2017.

ORTIZ, ADRIELLY, et al. Técnicas radiográficas intrabucais em odontologia legal e aplicabilidade pericial em corpos esqueletizados. **Revista de criminologia e ciências penitenciaria**, São Paulo, , v. 42,n.1, p. 67-71, nov, 2014.

RAMOS, Maria Luiza Giosteret al. Técnicas de identificação humana em Odontologia Legal, **Rev Odontol UNESP**, v. 40,n.4, p.199-202, 2021.

SALES-PERES, A. et al. Identificação de cadáveres através da arcada dentária. **Revista Odontológica de Araçatuba**, Araçatuba, v. 27, n. 1, p. 25-27, 2006.

SCORALICK, R. A. et al. Identificação humana por meio do estudo de imagens radiográficas odontológicas: relato de caso. **Rev Odontol UNESP**, v. 42, n. 1, p. 67-71. 2013.

SILVA, R. F. et al. Importância ético-legal e significado das assinaturas do paciente no prontuário odontológico. **Rev. Bras. Odonto. Legal.** Goiás, v. 3, n. 1, p.1-14,

fev/mar. 2016.

SILVA, R.F., PRADO, M.M., BARBIERI, A.A., DARUGE, J. Utilização de registros odontológicos para identificação humana. **RSBO**, v.6 , n.1, p. 95-99, 2009.

SILVA, Rhonan Ferreira. Identificação Odonto Legal : **Perito Odontolegista Preparatório Para Concurso**. v.2, p.165-178. Gôiania- GO, 2019.

SILVA,R.F.;et al. Repercussões periciais diante de falha dopreenchimento do prontuário odontológico – Relato de caso pericial. **Brazilian Jornualof Forensic,Medica lLawand Bioethics**, v.4, n.2, p.209-217, 2015.

SILVA,R.F.;et al.A história da odontologia legal no Brasil. Parte 2: Origem enquanto disciplina e especialidade.**RBOL**,v. 4, n.3, p.67-88, 2017.

SOUSA, Bruno Leonardo Martins de; et.al. Radiologia Forense na Área Criminal. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** n. 2, vol. 13. p. 455-462 Jan 2017.

TERADA, A. S. S. D. et al. Identificação humana em odontologia legal por meio de registro fotográfico de sorriso: relato de caso. **Rev Odontol UNESP**, Araraquara, v. 40, n. 4, p. 199-202, jul./ago. 2011.

VERMA, A. K. et al. Role of dental expert in forensic odontology. **Nati J MaxillofacSurg**, v. 5, p. 2-5. 2014.

WHITE, S. T.; PHAROAH, M. J. **Radiologia oral: pincípios e interpretação**. 7.ed. edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ANEXOS

ANEXO 1: AUTORIZAÇÃO DO ORIENTADOR

AUTORIZAÇÃO PARA DEFESA

Declaro, a partir desta data, que eu, **Jamilly de Oliveira Musse**, autorizo a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da discente **Ianca Santana da Silva**, intitulado **RADIOLOGIA E ODONTOLOGIA LEGAL: DA CONTRIBUIÇÃO PERICIAL AOS ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS**, produzido como requisito parcial para conclusão do curso de graduação de Odontologia desta Instituição.

Feira de Santana, 08 de dezembro de 2021

Jamilly de Oliveira Musse

Assinatura do orientador (a)